

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações



Ano 7. Edição 8, de 2 de Setembro de 2016

Proprietário: Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique

Editor: Gabinete de Comunicação e Imagem

Reduzir Exposição a Crimes Cibernéticos



INVESTIR na adopção de uma estratégia nacional virada para a segurança cibernética e reduzir a vulnerabilidade das instituições e utentes da Internet é um imperativo para Moçambique. Quem assim o diz é Pedro Inglês, Secretário Permanente do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Intervindo a propósito da primeira reunião de elaboração da estratégia nacional de Cybersegurança, que decorreu em Maputo, Inglês fez menção à localização geográfica de Moçambique, numa zona que atrai muitos investimentos factor que impõe igualmente, um investimento nas Tecnologias de Informação e de Comunicação TIC.

Perante a dinâmica que o país está a registar, defende a fonte, é necessário que esteja preparado para fazer intervenções face às fragilidades que possam acontecer no fluxo de comunicações em

diferentes âmbitos. Para tal tem que haver um controlo, de forma positiva, e assim reduzir-se-á a vulnerabilidade.

“Nós assistimos a utilização das redes sociais de forma errada, como por exemplo, tráfico de pessoas, branqueamento de capitais, prostituição infantil, fuga ao fisco, raptos, violação de direitos de privacidade, entre outros aspectos negativos que devem ser controlados”, disse.

Referiu que o encontro de Maputo que reúne diversos actores, entre o Governo, sociedade civil, Organizações Não governamentais, sector privado, a banca, académicos, entre outros visa elaborar uma estratégia inclusiva.

Até ao momento, segundo a fonte, os crimes cibernéticos são sancionados com base numa legislação geral do Código Penal que passará a ter, no contexto da revisão penal, uma alínea específica que trate da matéria.

“Temos também a Lei das Telecomunicações para fazer o controlo destes pressupostos todos, para além da legislação avulsa que também garante tal controlo. De qualquer das formas estas leis são isoladas e o que queremos fazer é estruturá-las melhor e fazer com que todas as instituições e pessoas tenham uma única via de agir perante a violação de aspectos de natureza de privacidade”, frisou.

Sobre os passos dados por Moçambique na segurança cibernética, Pedro Inglês falou da proposta de lei das Transacções Electrónicas depositada na Assembleia da República, aprovação da Lei das Telecomunicações e o Regulamento de Registo de cartões SIM, na telefonia móvel.

Com a realização da primeira reunião de elaboração da estratégia nacional de Cibersegurança, Pedro Inglês realçou que estão a ser lançadas bases para que “num futuro não muito distante, sejamos institucionalmente capazes de garantir aos cidadãos, ao Estado, protecção, segurança, confiabilidade e privacidade”.

A reunião de Maputo que terminou no dia 24 de Agosto corrente contou com o apoio da Organização das Telecomunicações da Commonwealth CTO e abordou temas como tratamento do crime cibernético, Entre a segurança e a privacidade, Estrutura de Governação e Risco de Registo, Reforço de formação e de programas de educação, entre vários.

(In Jornal Notícias, 23.08.2016).

Ainda nesta edição

UIT recomenda maior uso de TIC para desenvolvimento sustentável na CPLP	2
INCM bloqueia três milhões de cartões não registados	2
Samsung vende cada vez mais smartphones do que a Apple	3

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações

UIT recomenda maior uso de TIC
para desenvolvimento sustentável na CPLP



A união Internacional das Telecomunicações (UIT) desafia países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a potenciarem o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para acelerarem o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio.

A UIT lançou este desafio no dia 19 de Agosto corrente, em Maputo, na abertura da IX reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP, que visa discutir a agenda digital para acelerar o desenvolvimento tecnológico sustentável dos países membros, escreve a AIM.

Segundo o director do Bureau de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT, Brahima Sanou, as TIC podem contribuir grandemente na extensão dos serviços de saúde às zonas rurais até mesmo para a estrutura mais vulnerável da sociedade.

“Exige-se que proporcionem o acesso aos serviços das telecomunicações e informações, assim como fazer com que estas funcionem para outros sec-

tore económicos. Exige-se um novo ecossistema, em que as comunicações poderão facilitar o comércio e negócio, através de centros inteligentes e cidades inteligentes”, sublinhou.

Face ao desafio que se coloca, a UIT entende que os Estados membros da CPLP, além de pensarem em inovação no sistema das TIC, devem também repensar na sua forma de agir, daí que enalteceu a realização deste evento.

“A iniciativa desta agenda da CPLP é um avanço muito louvável. Estou aqui para exprimir o meu apoio pleno a esta agenda digital e dizer que farei tudo quanto possível para cooperar até à sua implementação. Estamos dispostos a continuar esta cooperação na implementação da Agenda Digital para a CPLP”, disse Brahima.

O secretário executivo da CPLP, Murade Murargy, reconhece que as TIC constituem uma fonte de recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a economia dos países. **(In O país, 22.08.2016).**

INCM bloqueia três milhões de cartões não registados

O INSTITUTO Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) vai bloquear, a partir de sábado e até Novembro, cerca de três milhões de os números de telefone celular situação irregular (não registados) nas três operadoras nacionais, nomeadamente Mcel, Vodacom e Movitel.

A medida surge no quadro do cumprimento de uma medida decretada pelo Governo, segundo a qual todos os números de telefonia móvel usados no país devem ser registados.

Fonte do INCM, entidade reguladora do sector de comunicações no país, refere que desde 2015 que a instituição e as operadoras têm levado a cabo campanhas de sensibilização aos utilizadores dos serviços de telefonia móvel sobre a importância de registo dos cartões SIM.

A obrigatoriedade de registo de cartões visa, segundo fundamentou o Governo, contribuir para a melhoria da vida do cidadão em operações que podem ser executadas por via do telefone, proteger-lhes de actos criminais cometidos com recurso a telemóveis e promover o uso responsável dos cartões SIM.

Continuando a existir subscritores não regularizados, o INCM afirma ser necessário o bloqueio dos cartões SIM dos subscritores que não tenham efectuado o registo. Cada operadora de telefonia móvel deverá responsabilizar-se pelo bloqueio de um milhão de cartões SIM (serviços de voz, dados e SMS) que não estejam registados.

Os subscritores – adianta a fonte – serão informados por SMS que deverão registar os seus números, sendo, posteriormente, bloqueados todos aqueles que não tenham sido registados. Esta acção é fundamental para que todo o sistema de telecomunicações esteja regulado e funcione com segurança.

O INCM e as operadoras de telefonia móvel de Moçambique estão empenhadas em concluir este processo da melhor forma possível, para que todos os utilizadores activos tenham o seu cartão registado e se comuniquem com segurança.

(In Jornal Notícias, 01.09.2016).

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações

Uso das TIC para alavancar áreas estratégicas de desenvolvimento

Microsoft disponibiliza USD 160 mil

A empresa norte-americana do mundo informático, Microsoft Corporation, comprometeu-se, nesta quarta-feira, em Maputo, a desembolsar uma verba para apoiar o governo moçambicano na massificação de uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas instituições públicas do país.

Não foi revelado o total do valor a ser doado para este fim, mas, para já, a empresa, segundo disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP), a gigante norte-americana em tecnologias de informação e comunicação assumiu desembolsar, nos próximos dias, um valor de 160 mil dólares para suportar a primeira fase de um memorando assinado, nesta quarta-feira.

Jorge Nhambui defende que o governo tem estado a envidar esforços para assegurar que os moçambicanos possam usufruir dos benefícios e resultados da correcta adopção e utilização das tecnologias de informação e comunicação, em diferentes sectores económicos e sociais no país.

Estes esforços, defendeu ele, visam alavancar as áreas e estratégias de desenvolvimento definidas pelo governo, nomeadamente, a agricultura, energia, infra-estruturas e turismo. “É nesse contexto que o governo tem estado a adoptar políticas, estratégias e programas concretos de intervenção a diversos

níveis e tem também promovido a participação do sector privado, da academia e da sociedade civil como actores fundamentais no processo de desenvolvimento e uso das TIC como factores dinamizadores do desenvolvimento económico e social de Moçambique”- assinalou o governante. Na essência, o papel da Microsoft, tal como foi descrito no memorando de entendimento assinado ontem, é de apoiar na formação das políticas e estratégias na área das TICs, como na implementação das mesmas.

O governante referiu que um dos grandes desafios que o país enfrenta, hoje, na área das TICs tem a ver com o uso racional e seguro dos produtos e serviços da Microsoft nas instituições de Estado.

Neste processo, segundo reza o compromisso assumido entre as partes, a Microsoft vai, também, trabalhar com o Governo, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional em programas de formação específicos de capacitação de recursos humanos na utilização de produtos e soluções da Microsoft.

O memorando desta quarta-feira, foi assinado pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, Jorge Nhambui e pelo vice-presidente da Microsoft para a Europa, Médio Oriente e África, Giuseppe Marci.

(In mediaFAX, 22.08.2016).

Samsung vende cada vez mais smartphones do que a Apple

A tecnológica sul-coreana aumentou a diferença para a Apple no mercado dos smartphones. Durante o último trimestre do ano, a Samsung vendeu quase 77 milhões de telemóveis. A empresa da maçã ficou-se pelos 44,5 milhões.

A Apple voltou a perder terreno para a concorrente Samsung no mercado global dos smartphones durante o segundo trimestre do ano. De acordo com os últimos dados da Gartner, a tecnológica norte-americana e a Xiaomi foram as duas marcas do top cinco de fabricantes a registar a maior redução no volume de negócios comparativamente com o mesmo período de 2015.

O primeiro lugar do ranking volta a pertencer à Samsung que, de acordo com a consultora, conseguiu vender quase 78 milhões de telefones, mais 32 milhões do que a Apple. Há um ano atrás, a diferença entre as duas empresas fixou-se nos 24 milhões de equipamentos.

Tal como aconteceu com a Xiaomi, a maior queda do iPhone foi registada na China (menos 26%) onde fabricantes asiáticas menos conhecidas, como a Vivo ou a Oppo, têm conquistado adeptos.

No mesmo relatório, a consultora dá ainda conta do reflexo destes valores nas quotas dos sistemas operativos móveis. Entre abril e junho, o Android conquistou 86,2% de quota de mercado graças aos quase 300 milhões de equipamentos móveis vendidos. Windows e Blackberry combinados não conseguiram, sequer, chegar a um ponto percentual. O iOS desceu dos 14,6% do mesmo trimestre de 2015 para os 12,9% este ano.

Em termos globais, foram vendidos cerca de 344 milhões de smartphones com a Samsung e a Huawei a registar grandes aumentos nas vendas. A chinesa Oppo completou o top cinco depois de um aumento de quase 10,5 milhões de vendas.

(In <http://tek.sapo.pt>, 18.08.2016).